

BLOCO DOS BANCÁRIOS

Festa da escolha do samba será dia 22

A festa da escolha do samba do Bloco dos Bancários para o carnaval deste ano será no próximo dia 22, às 19 horas, no auditório do Sindicato (Av. Pres. Vargas, 502, 21º andar).

O vencedor ganhará o troféu Nelson Sargento, cervejas e outros prêmios. A torcida mais animada também será premiada com cervejas. O evento contará com a presença de ritmistas da bateria nota 10 da Unidos da Tijuca. Entrada franca.

Sindicato questiona mudanças no plano de saúde do Itaú Unibanco

A diretoria do Sindicato reuniu-se com a direção do Itaú Unibanco, no último dia 17, para questionar as propostas de alteração do plano de saúde feitas pelo banco. Os sindicalistas apresentaram algumas reivindicações e pedidos de esclarecimento em relação às mudanças.

O primeiro pleito foi a inclusão de uma ressalva garantindo o direito dos bancário originários do Unibanco lotados no Rio de Janeiro, beneficiários de uma ação judicial movida pelo Sindicato em 1998, e que está em pleno vigor. Os dirigentes sindicais propuseram também alterações na cláusula 2ª, por excluir do plano as viúvas, as pensionistas e os automantidos; e na cláusula 4ª, para reduzir de 24 para 12 meses o prazo estabelecido para troca de modelo de plano (prazo estabelecido quando o bancário adere a uma opção inferior do plano de saúde. No caso da adesão para uma opção de plano superior, praticamente não há carência).

Os bancários reivindicaram, ainda, mudanças na cláusula 5ª, assegurando que não haja punição para quem não aderir ao novo plano, e para que seja esclarecida a situação e condicionamentos

para exclusão de dependentes e agregados. Os sindicalistas querem alterações também na cláusula 7ª, estabelecendo 50% da taxa nacional familiar como limite de custo do plano; e na 14ª, restabelecendo o mês de novembro para reajuste, em vez de março, como quer o Itaú Unibanco, e

assegurando a possibilidade de negociação do índice, não previsto no acordo proposto. Outra reivindicação do Sindicato é para que a escolha do tipo de plano seja garantida aos funcionários e não fixada conforme o cargo ocupado, como proposto pelo Itaú.

UNIBANCO DO RIO

O banco aceitou fazer a ressalva relativa à ação dos funcionários do Unibanco do Rio. Ficou de analisar as demais questões e responder em breve. Os dirigentes do Sindicato questionaram os reajustes absurdos do plano para os aposentados (45%) e agregados (25%). O Itaú Unibanco alegou que foram consequência de ajustes atuariais necessários, mas admitiu que houve erros no cálculo da cobrança.

ORIENTAÇÃO: NÃO MIGRAR

O Sindicato reafirma a orientação de que ninguém assinasse qualquer documento de migração para o novo plano.

Até porque o prazo é até 29 de janeiro. Enquanto isto, as negociações com o Itaú irão prosseguir.



Menos imposto de renda

A mordida do Leão vai ficar menor em 2010, com a correção de 4,5% da tabela do Imposto de Renda (IR) da pessoa física. Previsto em lei desde 2006, após mobilização e acordo com as centrais sindicais, o ajuste vai permitir um desconto mensal menor do IR no contracheque do trabalhador que é obrigado a pagar o tributo. O teto de isenção subirá dos atuais R\$ 1.434,59 para R\$ 1.499,15, o que deve diminuir o número de contribuintes que tem imposto a pagar. Quem ganha abaixo desse limite está livre do IR.

Desde o início do primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003, o limite de isenção subiu R\$ 441,15 com as correções da tabela promovidas pelo governo. Naquele ano, o teto estava em R\$ 1.058.

A nova tabela passará a ser cobrada na fonte a partir de janeiro para o ano calendário de 2010, com declaração de ajuste do IR a ser entregue em 2011. Para os anos seguintes, não há, por enquanto, previsão de mais reajustes na tabela.

Quem recebe salário de R\$1.499,16 a R\$2.246,75, a alíquota será de 7,5% (R\$112,43). De R\$2.246,76 a R\$2.295,70, passa a ser de 15% (R\$280,94). De R\$2.295,71 a R\$3.743,19 a alíquota de 22,5% (R\$505,62). Quem ganha acima de R\$3.743,19 cai na alíquota de 27,5% (R\$692,78).

Mais casa própria

Os financiamentos imobiliários com recursos do FGTS e poupança devem aumentar 25% em 2010. O setor de construção civil deverá superar a marca de um milhão de unidades, tanto para famílias de baixa renda quanto para a classe média. A projeção é da Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário (Abecip). Em seis anos, no governo Lula foram construídas 750 mil unidades para a faixa de renda até seis salários mínimos. A expectativa é de que até a metade do próximo ano mais de 700 mil projetos estejam aprovados pela Caixa, em construção ou já entregues.

Lucros e demissões nos bancos

Por Carlos Cordeiro* e Artur Henrique**

Entra ano, sai ano e os bancos continuam lucrando muito no Brasil, com escassas contrapartidas sociais. Em 2009 não foi diferente. Eles não foram atingidos pela crise financeira mundial, ficaram ainda mais concentrados em grandes instituições, seguiram praticando altas taxas de juros, tarifas abusivas e *spread* (a diferença entre o custo de captação e de empréstimo do dinheiro) elevadíssimo e cortaram empregos.

Os números apurados até o terceiro trimestre antecipam nova safra de ganhos astronômicos. Os cinco maiores bancos acumularam lucro líquido de R\$ 22,1 bilhões, a maior rentabilidade da economia brasileira. No mesmo período, entretanto, eles fecharam 2.076 postos de trabalho, segundo levantamento trimestral elaborado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT) e pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese).

Os bancos desligaram 22.803 bancários e contrataram 20.727. É uma inversão do que ocorreu nos primeiros nove meses do ano passado, quando houve um aumento de 14.366 vagas (44.614 contratações e 30.248 dispensas). O estudo toma por base dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério do Trabalho e Emprego.

Os dados do Caged não permitem separar as contratações e desligamentos por instituição, mas apenas por segmento do sistema financeiro: bancos comerciais, bancos múltiplos, bancos de inves-

timentos e caixas econômicas. Como neste último segmento só existe a Caixa Econômica Federal, que abriu só no primeiro semestre um total de 3.172 empregos, e não tem havido demissões no Banco do Brasil e outros bancos públicos, a conclusão é de que o fechamento de vagas está mesmo concentrado nos bancos privados, principalmente por causa dos processos de fusão do Itaú Unibanco e do Santander e Real, ainda em andamento.

“

Os bancos andam, portanto, na contramão do movimento que a economia brasileira está trilhando. Enquanto os demais setores criaram 932 mil postos de trabalho de janeiro a setembro com a retomada do crescimento, os bancos, que não sofreram nenhum impacto com a crise, fazem o contrário, revelando que responsabilidade social virou apenas peça de marketing.

”

Os bancos andam, portanto, na contramão do movimento que a economia brasileira está trilhando. Enquanto os demais setores criaram 932 mil postos de trabalho de janeiro a setembro com a retomada do crescimento, os bancos, que não sofreram nenhum impacto com a crise, fazem o contrário, revelando que responsabilidade social virou apenas peça de marketing.

A pesquisa mostra ainda que os bancos usam a rotatividade para reduzir a média salarial dos trabalhadores - a remuneração média dos admitidos é 41,28%

inferior à dos desligados. Além disso, eles mantêm a discriminação em relação às mulheres, que estão sendo contratadas com salários 30,21% inferiores aos dos homens.

Além de impactar os trabalhadores, essa política dos bancos é nociva também a toda a economia brasileira, uma vez que cobra os mais altos juros e *spread* do planeta. Os bancos estrangeiros abusam dos clientes brasileiros, ao contrário do que fazem em seus países de origem. O Santander cobra 10,81% de taxa anual de juros total sobre empréstimos pessoais na Espanha, e 55,74% no Brasil. Na mesma modalidade de empréstimo, o HSBC cobra taxa de 6,60% no Reino Unido e 63,42% no Brasil.

Por isso, os trabalhadores seguirão defendendo em 2010 a regulamentação do sistema financeiro, visando definir funções, estabelecer controles, baratear o crédito e estimular a produção para a geração de empregos e o desenvolvimento.

Também cabe aos bancos abrir mais agências em vez de correspondentes, investir mais em segurança para evitar assaltos e seqüestros e, sobretudo, contratar mais funcionários para acabar com as filas e melhorar o atendimento dos clientes. A sociedade brasileira precisa exigir a contrapartida social dos bancos.

***Carlos Cordeiro é economista, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf).**

****Artur Henrique dos Santos é Presidente nacional da Central Única dos Trabalhadores (CUT).**

A TRAGÉDIA EM ANGRA

Decreto de Cabral incentivou construção irregular em áreas de proteção ambiental

Governo tem culpa nos deslizamentos que resultaram em 68 mortes em todo o estado

Não adianta querer culpar a natureza pela tragédia dos deslizamentos em Angra dos Reis e na Baixada Fluminense. Em todo o Estado do Rio de Janeiro, até ontem, foram registradas 67 mortes. O governador Sérgio Cabral encerra este ano o seu mandato e, após quatro anos, nada fez para ajudar as cidades a enfrentar as chuvas de verão. Nenhum projeto. Nenhum centavo investido. O atual governo nada fez para impedir as ocupações irregulares em áreas de proteção ambiental. Ao contrário, Cabral incentivou a ocupação, inclusive de pousadas e mansões, além das favelas, através do Decreto 41.921, que, assinado pelo governador, permitiu a ocupação das áreas protegidas e a construção de empreendimentos nas mais de 50 ilhas da Baía da Ilha Grande. ONGs, ambientalistas, especialistas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama) e até o Ministério Público Federal alertaram sobre os riscos, mas o governador não ouviu ninguém e preferiu atender aos interesses econômicos dos setores hoteleiro e da especulação imobiliária em uma das mais cobiçadas regiões do estado.



Sérgio Cabral em Paris. O governador viajou muito ao exterior e se esqueceu de governar o Estado do Rio de Janeiro. Ele assinou decreto que permitiu construções em áreas de proteção ambiental em Angra dos Reis, o que contribuiu para os deslizamentos

INTERESSE ECONÔMICO

A Área de Proteção Ambiental de Tamoios (APA Tamoios), formada pelas ilhas da Baía da Ilha Grande, além de uma faixa costeira no continente de 81 quilômetros, foi criada em 1986 e regulamentada em 1994. O objetivo da APA Tamoios era o de assegurar a proteção do ambiente natural e de seus ecossistemas, espécies raras e ameaçadas de extinção, bem como comunidades



dos índios caiçaras integradas à região.

O Decreto Estadual publicado pelo Governador Sérgio Cabral em junho do ano passado permitiu a ocupação na região, permitindo a construção, antes restrita aos proprietários com área já construída, a todos os que têm terreno, inclusive aqueles que não tinham qualquer edificação, provocando uma verdadeira corrida ao ouro na Baía da Ilha Grande. Interesses econômicos e eleitores se sobrepuseram ao interesse público. Não ficou bem esclarecido

também a ausência e omissão do governador diante da tragédia. Cabral só apareceu 24 horas após o fato. Uns dizem que ele estava no exterior. Outros, que ele se encontrava em sua luxuosíssima mansão, avaliada em R\$ 1 milhão, que fica em Mangaratiba, próximo a Angra dos Reis. O fato é que ele demorou a aparecer. E não governou o estado durante quatro longos anos. O governo do estado tem culpa e precisa dar uma satisfação à população. Com a palavra, o governador.

DENÚNCIA NA ARGENTINA

Mídia brasileira esconde adoção de filhos de desaparecidos políticos por dona do 'Clarín'

A imprensa brasileira escondeu a notícia sobre a investigação que vem sendo feita pela Justiça argentina a respeito da adoção irregular de filhos de desaparecidos políticos pela proprietária do jornal *Clarín*, Ernestina Herrera de Noble. O caso expõe o caráter criminoso das relações entre a mídia e a ditadura na Argentina, mas foi abafado pelas tevês, jornais e rádios do Brasil, confirmando que não existe liberdade de imprensa no Brasil, mas sim interesses que a imprensa defende em seu benefício e de seus aliados políticos.

A notícia, no entanto, foi publicada em sites brasileiros de esquerda, furando o bloqueio dos meios de comunicação empresariais. O site *Carta Maior* deu destaque ao assunto. A matéria "Busca da herança desaparecida" relata que a Câmara Federal de San

Martin determinou ao juiz Conrado Bergesio que realize "de forma imediata e sem mais postergações" os exames de DNA dos filhos adotivos da dona do *Clarín* e submeta as amostras genéticas às comparações necessárias para conhecer sua identidade. A ação solicitando as investigações sobre filhos de desaparecidos políticos sob a guarda de várias pessoas foi movida pelo grupo Avós da Praça de Maio há mais de sete anos, e o pedido de DNA, feito há mais de um ano e meio. A tramitação do processo e as investigações vinham sendo adiadas pelo juiz Bergesio. Em relação ao *Clarín*, a suspeita é de que Marcela Noble, a filha adotiva de Ernestina de Noble, a dona do principal jornal argentino, seja, na verdade, Clara Anahí, neta de Chica Mariani, fundadora do grupo Avós da Praça de Maio.

Os pais de Clara foram seqüestrados por militares em sua casa, em novembro de 1976, durante a ditadura militar e nunca mais vistos.

MÍDIA E DITADURA: TUDO A VER

Outro filho adotivo de Ernestina, Felipe, também terá seu DNA "cruzado" com os das 22 famílias que buscam crianças desaparecidas antes de suas adoções.

As irregularidades nas adoções levaram o juiz Roberto Marquevich, primeiro responsável pelo processo, a pedir a detenção de Ernestina de Noble, decisão esta que lhe custou o cargo após uma campanha desencadeada pelo jornal *Clarín*. Seu substituto, Conrado Bergesio, passou a conceder todas as medidas solicitadas pelos

advogados da família Noble e bloqueou a obtenção de amostras de DNA por métodos alternativos à simples análise de sangue, pedido feito pelas avós. Esse método já permitiu a identificação de nove filhos desaparecidos e foi reconhecido pelo Estado argentino. Com a decisão da Câmara Federal de San Martín, essas análises deverão ser realizadas imediatamente.

A ligação da mídia com a ditadura ocorreu também no Brasil. O grupo que deu o mais amplo apoio aos militares golpistas foram as Organizações Globo (TV, jornal e rádios), inclusive censurando informações em relação às manifestações contra a ditadura, já no fim do regime autoritário. A Globo recebeu, por este apoio à ditadura, apoio financeiro e tornou-se, assim, um império das comunicações no país.

Governo federal assina decreto que amplia licença-maternidade

Bancos agora têm de aderir ao Programa Empresa Cidadã e atender as solicitações das bancárias

Os bancos agora não têm mais desculpas e terão de cumprir a lei que garante às gestantes a ampliação da licença-maternidade de quatro para seis meses. O decreto nº 7.052, assinado pelo presidente Lula, foi publicado no dia 23 de dezembro de 2009, regulamentando a Lei 11.770, que cria o Programa Empresa Cidadã. “Fica até difícil de acreditar que os banqueiros não respeitam sequer as mães e os bebês. Seria uma desumanidade. Mas os bancos que insistiam em não conceder a ampliação da licença-maternidade, agora terão de cumprir em função da nova lei, que está regulamentada, e da convenção coletiva da categoria”, comenta o presidente do Sindicato, Almir Aguiar.

Os bancos já haviam se comprometido a atender a esta reivindicação dos trabalhadores, aderindo ao Programa Empresa Cidadã assim que o programa fosse regulamentado.

Pelo decreto, todos os bancos que aderirem ao programa poderão deduzir do imposto devido o



A categoria bancária é a primeira a assegurar a ampliação da licença-maternidade. A conquista vai contribuir para o crescimento saudável dos bebês, cuja presença materna é fundamental

total da remuneração da empregada durante o período de prorrogação da licença-maternidade em 60 dias. Para ter direito à prorrogação a gestante tem de enviar carta ao banco até o final do primeiro mês após o parto e em até trinta dias após o início da adoção ou de sentença judicial.

CASOS DE ADOÇÃO

O decreto também garante a prorrogação do benefício para casos de adoção, estabelecendo o prazo de 60 dias para crianças de até um ano, 30 dias para crianças de um ano até quatro anos de idade completos e por 15 dias quando se tratar de criança de quatro a oito anos de idade. “Nossa categoria é a primeira a assegurar a ampliação da licença-maternidade. É mais uma importante vitória da mobilização dos bancários e, neste caso, principalmente das bancárias”, completa Almir.

Lula está otimista para este ano e acha que 2009 foi ‘mais do que bom’

O ano de 2009 “foi mais do que bom”. Essa a avaliação que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva fez no último dia 28 de dezembro, no programa de rádio “Café com o Presidente”. O presidente lembrou ainda do pânico causado pela crise financeira internacional e do pessimismo que tomou conta do mundo neste ano.

Quanto a 2010, Lula acredita que o Brasil entra o ano em situação confortável, com o crescimento da economia e a geração de mais empregos, com programas de investimento em infra-estrutura tais como o PAC, Minha Casa, Minha Vida e o Pré-Sal. “Quero dizer ao povo brasileiro que eu estou mais otimista do que qualquer cidadão brasileiro, acho que eu nunca tive tão otimista como eu estou agora.”

“Quem sabe, nos próximos anos, o Brasil possa se transformar na sexta, quinta ou quarta economia do mundo”. Temos condições para isso e eu acho que é isso que o povo brasileiro espera do Brasil”, disse.

Sobre o crescimento da economia, de 5% a 6%, afirmou que preferia não falar em números. “Só quero dizer que a economia brasileira vai crescer



Lula acredita que a economia do Brasil continuará crescendo em 2010, gerando mais empregos e renda

o suficiente para que a gente gere os empregos necessários, gere os aumentos de salários necessários e possa continuar fazendo os investimentos para melhorar a vida do povo e garantir que a roda da economia continue girando”, afirmou.

Lula recomendou trabalho, cautela e ousadia. “É preciso que a gente tenha disciplina, é preciso que a gente faça as compras necessárias, mas sem se endividar demais”, ressalta.

JUSTIÇA SOCIAL

O presidente lembrou que o Brasil foi pouco afetado pela crise mundial por ter um sistema financeiro mais sólido e atribuiu a recuperação econômica antes de outros países a investimentos em infra-estrutura e a uma série de programas sociais, como o PAC, Minha Casa, Minha Vida e programas agrícolas.

“A melhoria de vida das camadas mais pobres da população, a ascensão de uma parcela da sociedade brasileira das classes D e E, tudo isso permitiu que o consumo aumentasse, aumentasse a produção, aumentasse as vendas e que o Brasil, então, saísse da crise com muito mais vigor”, concluiu.